



Correio Manhã 22-02-2014	Periodicidade:	Diário	Temática:	Construção/Imobiliár
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	1479
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/Cor
	Tiragem:	174177	Página (s):	1/8/9

FATURA EXTRA DE 4 MIL MILHÕES DE EUROS NAS PPP

Despesa

com estradas
prolonga-se até 2039PÁGS. 8 E 9

INVESTIGAÇÃO CM

DESPERDÍCIO PÚBLICO NO SEU BOLSO

DESPESA ■ FATURA ANUAL CHEGA EM 2025 E DURA ATÉ 2039

PPP vão ter pagame extra de 4 mil milhão

■ Governo aproveita negociação dos contratos para que Tribunal de Contas clarifique se o Estado pa

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA.

As Parcerias Público-Privadas (PPP) vão ter, entre 2025 e 2039, pagamentos extras, por conta das chamadas 'responsabilidades contingentes' das subconcessões rodoviárias, de mais de quatro mil milhões de euros brutos. Dada a dimensão desta despesa adicional, que não foi alvo do visto do Tribunal de Contas, o Governo quer, segundo apurou o CM, aproveitar a atual negociação dos contratos das subconcessões, que está em curso, para criar condições que permitam ao Tribunal de Contas clarificar de forma definitiva se o Estado, através da Estradas de Portugal, terá de pagar no futuro esta despesa às concessionárias.

Os dados deixam claro que o ritmo anual dos encargos com as responsabilidades, ou compensações, contingentes começa em pouco mais de 121 mil euros, em 2025, e aumentam de forma gradual até atingirem mais de 539 mil euros, em 2038. Dos mais de quatro mil milhões de euros de

Responsabilidades futuras com as PPP

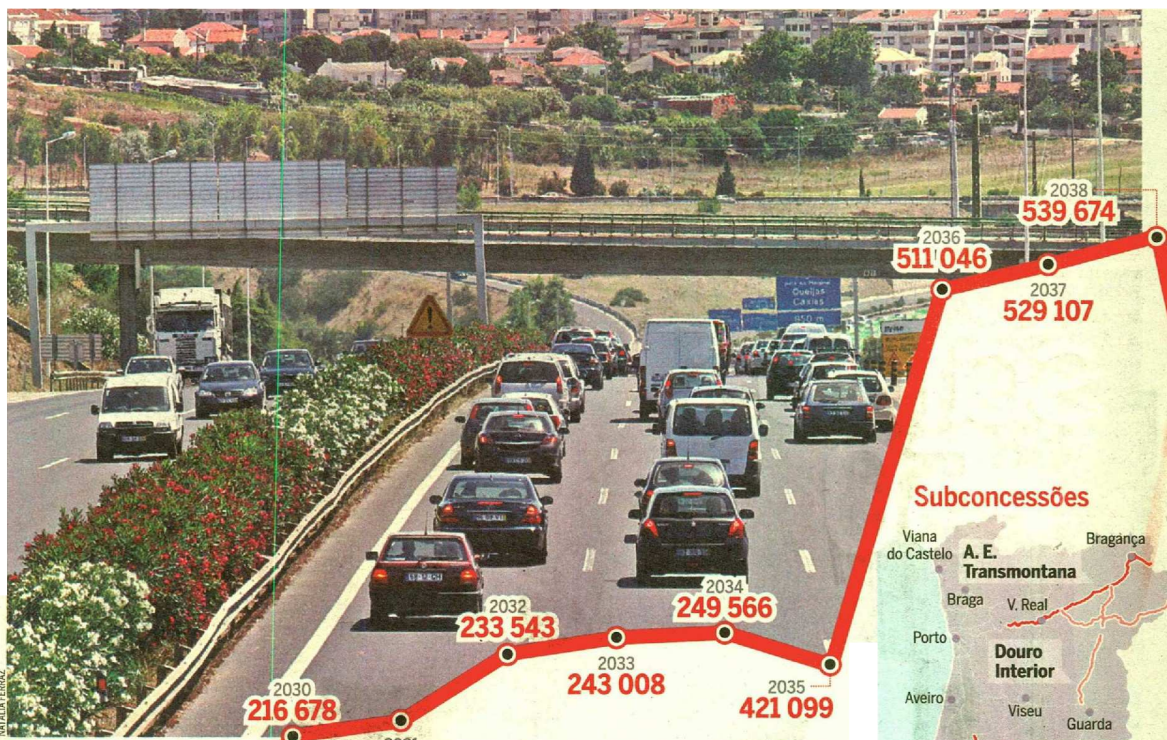
Pagamentos contingentes das subconcessões

Valores em milhões de euros



encargos com essas compensações, metade está previsto ser pago entre 2025 e 2038.

Na auditoria efetuada ao modelo de gestão, financiamento e



■ Autoestradas implicam encargos elevados para os contribuintes

Nessa altura, o Tribunal de Contas identificou contratos paralelos nas subconcessões, que implicavam um aumento dos encargos financeiros líquidos de 705 milhões de euros. Por isso, fonte governamental sublinha que, "se as responsabilidades contingentes fossem pagas hoje, era esse o encargo líquido".

Mesmo que o Tribunal de Contas tenha prometido estar atento, o Executivo quer apro-

Tribunal de Contas alertou para ilegalidade da despesa

veitar os contratos das novas subconcessões para obter do Tribunal de Contas um esclarecimento definitivo sobre as compensações contingentes. "A intenção do Executivo é clarificar definitivamente se as responsabilidades contingentes têm ou não de ser pagas", frisa a mesma fonte. O Governo defende que o Estado não deve pagar. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CONSELHO
cultural



Fonte Estradas de Portugal

CM

2014 | 1166 MILHÕES DE GASTOS

As PPP rodoviárias são responsáveis pela fatia de leão da despesa total com as PPP: 1166 milhões de euros, ou seja, 70,8% do total de encargos com estes contratos em 2014

REGULADOR | AVALIA

O Banco de Portugal (BdP) está a avaliar as dívidas das PPP na carteira da Banca, o que pode forçar algumas instituições a registar imparidades no balanço



RENEGOCIAÇÕES | POUPANÇAS

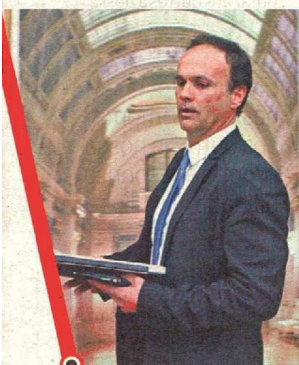
O FMI estima que o processo de negociação das PPP irá gerar poupanças adicionais de mais de 2.5 mil milhões de euros ao longo do prazo destes contratos

nto es

gará esta despesa

CONTRATOS FORAM AUTORIZADOS POR PAULO CAMPOS

Os contratos das subconcessões rodoviárias foram assinados quando Paulo Campos era secretário de Estado dos Transportes, no governo de José Sócrates. O agora deputado socialista diz-se vítima do combate político, depois do antigo ministro das Finanças Teixeira dos Santos lhe ter atribuído a responsabilidade dos contratos.



Paulo Campos, ex-secretário de Estado

LITÍGIOS NO TRIBUNAL ARBITRAL

2039
211 818

O Governo está a lidar com sete litígios em curso interpostos pelas concessionárias rodoviárias. Estas pedem 2,9 mil milhões de euros pelo chamado reequilíbrio financeiro.



CARLOS MORENO
JUIZ JUBILADO
DO TRIBUNAL
DE CONTAS

PPP e repartição da austeridade

O FMI acaba de intimar o Governo a reduzir os monstruosos encargos públicos com as PPP rodoviárias, que ultrapassarão, em previsão benigna, os 25 mil milhões de euros.

O Estado impõe há três anos duríssima austeridade aos portugueses sem voz. Reduz o rendimento, os salários e as reformas das famílias, não hesitando em ignorar o princípio da não retroatividade, fazer tábua rasa de direitos adquiridos e romper contratos sociais com os mais fracos e frágeis da sociedade.

Mas o mesmo Estado só foi capaz de anunciar medidas residuais de poupança, nem sequer concretizadas, com os pagamentos aos parceiros privados da maioria das PPP rodoviárias com os quais firmou no passado os contratos leoninos, verdadeiros negócios da china!

Esta gritante falta de equidade e de proporcionalidade na repartição dos sacrifícios da austeridade é imoral e dramática.

Poder e oposição desavindos deviam entender-se já, para pôr fim a esta situação socialmente insustentável.

SEIS CONTRATOS EM CAUSA

As subconcessões rodoviárias foram adjudicadas em 2008 e 2009, durante o governo de José Sócrates

Autoestrada Transmontana está adjudicada ao consórcio da Soares da Costa e da Globalvia

O projeto desta autoestrada foi assinado entre a Estradas de Portugal (EP) e a AUTO-ESTRADAS XXI a 9 de dezembro de 2008, após concurso público.

Autoestrada do Douro Interior está adjudicada à Ascendi, detida em 60% pela Mota-Engil

A subconcessão desta autoestrada foi assinada entre a EP e a então Aenor - Douro Interior, atual ASCENDI DOURO, a 25 de novembro de 2008, por concurso público.



A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, tem despesa elevada com as PPP este ano

Autoestrada do Baixo Alentejo está adjudicada ao consórcio constituído pela Edifer e pela Dragados

O contrato foi assinado entre a EP e a SPER - SOCIEDADE PORTUGUESA PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA a 31 de janeiro de 2009.

Autoestrada do Algarve Litoral está adjudicada ao consórcio da Edifer e da Dragados

O contrato para esta subconcessão foi celebrado entre a EP e a ROTAS DO ALGARVE LITORAL a 20 de abril de 2009, após a realização de um concurso público.

Autoestrada do Litoral Oeste está adjudicada ao consórcio formado pela MSF - Concessões, Brisa e Somague

A obra desta subconcessão foi assinada entre a EP e a AUTO-ESTRADAS DO LITORAL OESTE a 26 de fevereiro de 2009, após concurso público.

Autoestrada do Baixo Tejo está adjudicada a um consórcio liderado pela Brisa

O contrato para a realização desta obra foi assinado entre a EP e a AEBT - AUTO-ESTRADAS DO BAIXO TEJO a 25 de janeiro de 2009, após realização de concurso público.

Encargos financeiros atingem pico de 1645 milhões este ano

Os encargos líquidos com as Parcerias Público-Privadas (PPP) atingem este ano um pico, ao totalizarem 1645 milhões de euros, dos quais 70% são com contratos rodoviários, segundo o Orçamento do Estado para 2014.

O valor total das PPP (rodoviárias, ferroviárias, saúde e segurança) previsto para 2014 representa quase o dobro dos 869 milhões de euros do ano passado. O Governo justifica este aumento com o facto de o ano de 2014 marcar "o início dos paga-

mentos relativos aos contratos das subconcessões da EP [Estradas de Portugal], assinados entre 2007 e 2011".

Mas os montantes vão manter-se acima dos mil milhões pelo menos até 2021, altura em que desce para os 996 milhões de euros, em resultado das renegociações. Mas só a fatura das PPP acumulada entre 2014 e 2020 ascende a quase dez mil milhões de euros. Os valores vão baixando gradualmente e, em 2041, serão apenas três milhões de euros.

Nos próximos sete anos fatura atinge os 10 mil milhões

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

DESPESAS DOS SERVIÇOS DO ESTADO COM CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS

HÁ RATOS E BARATAS

A secretaria-geral do Ministério da Economia contratou a Gasrentil para desbaratizar e desratizar quatro edifícios. Vão pagar 1766 euros mais IVA.

829 MILEUROS

O secretário de Estado dos Transportes assinou em 2014 contrato por ajuste direto com a Aero VIP, por 829 mil € para voos entre Funchal/Porto Santo/Funchal.

CONSULTADORIA

No final de 2013, a Estradas de Portugal contratou a empresa Link Consulting por 31 mil euros para prestar apoio à implementação da reestruturação do arquivo.

4,2 MILHÕES E FEIRAS

O Turismo de Portugal contratou a Multitem por 4,2 milhões de euros para a montagem, transporte e armazenamento de um stand para participação em Feiras.

PLANO DE PENSÕES

A Metropolitano de Lisboa contratou a Actuariado por 4700 euros para a realização de estudo de avaliação atuarial do Plano de Pensões da empresa.